PROJETO DE LEI Nº , DE 2007

(Do Sr. Maurício Trindade)

Dispõe sobre a acessibilidade aos métodos contraceptivos nos presídios em todo o território nacional.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Esta lei regula a utilização de métodos contraceptivos pelas mulheres e homens sob custódia em instituições prisionais em todo território nacional.

Art. 2º. As instituições prisionais ficam obrigadas a criar programas de planejamento familiar dirigido aos detentos, que:

I - programem e executem iniciativas de educação sexual;

II - forneçam informações sobre planejamento familiar e prevenção de doenças sexualmente transmissíveis;

III - disponibilizem serviços de saúde próprios ou conveniados que ofereçam métodos contraceptivos, reversíveis e irreversíveis, conforme determina a legislação vigente sobre planejamento familiar.

PARÁGRAFO ÚNICO. A instituição prisional deverá realizar, de forma sistemática, atividades de esclarecimento, junto aos detentos, acerca da importância da utilização rotineira dos métodos contraceptivos e preventivos de doenças sexualmente transmissíveis.

Art.3º . Esta lei entra em vigor noventa dias após a data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O Brasil tem assistido de forma indiferente ao aumento do número de crianças que nascem em penitenciárias. O ambiente inóspito das instituições prisionais do país constitui uma afronta à integridade física e moral dessas crianças, as quais já nascem condenadas a viver sem um lar completo, já que a mãe está privada de sua liberdade de ir e vir.

Apesar da Lei 7.210 de 84, de execuções penais, em seu art.83 parágrafo 2º que determina que os presídios femininos tenham berçários onde as detentas possam amamentar seus filhos. Entendessemos que no presídio os bebês não têm cuidados adequados e estão sujeitos a risco à sua saúde.

Sendo, a mãe ou o pai impedidos do convívio social, muitas crianças acabam sendo levadas para abrigos, em face da inexistência de outros familiares ou até desinteresse dos demais membros da família em cuidar dessas crianças.

O Estado, ao permitir as visitas íntimas nas dependências dos presídios, sem exigir que sejam adotados métodos contraceptivos, contribui para o agravamento desse quadro de deterioração da família e abandono infantil.

Globalmente, a população feminina encarcerada tende a ser jovem, de baixo nível socioeconômico e educacional, com história de prostituição e uso abusivo de drogas ilícitas e álcool. Essas características configuram uma população difícil de ser identificada, abordada e tratada em sua comunidade de origem. Algumas dessas mulheres nunca se apresentaram a serviços de saúde.

O início precoce das atividades sexuais sem orientação adequada, foi evidenciado pelo alto índice de gravidez na adolescência e pelo uso infrequente de métodos contraceptivos e protetores contra doenças sexuais (63% das mulheres detentas relataram nunca ter usado qualquer método contraceptivo). O dado obtido reflete-se na taxa de 9,9% de gravidez, sendo que, 4,1% engravidaram após o encarceramento. Em relação à história pregressa de DST, pouco mais de um terço das participantes relataram DST prévia. Sem falar nos altos índices de abortos dentro dos estabelecimentos carcerários femininos.

Faz-se necessário avigorar as reflexões sobre o planejamento familiar dentro dos presídios e a população infantil que nasce permanece no interior do ambiente carcerário.

O objetivo do presente Projeto é proporcionar aos detentos informações sobre prevenção de doenças transmissíveis, serviços de planejamento familiar, prevenir a gravidez indesejada e resguardar os direitos das crianças. É, dever do Estado proteger a infância. O ordenamento jurídico põe a salvo, inclusive, os direitos dos nascituros.

Ante o exposto, solicito o apoio dos demais parlamentares para a aprovação do presente Projeto de Lei.

Sala das Sessões, em de de 2007.

Deputado **MAURÍCIO TRINDADE** – PR/BA